

Conectar os 21 princípios dos ecomuseus, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ação climática

Henry McGhie

Este capítulo oferece algumas reflexões sobre como os ecomuseus podem apoiar a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e como os ecomuseus estão particularmente bem posicionados para apoiar alguns dos princípios dos ODS. A discussão sobre o uso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável muitas vezes visa "alinhar" o trabalho com eles ou "apoiá-los", o que pode impedir uma compreensão adequada de alguns dos aspectos fundamentais da Agenda 2030 global, ou seja, a visão e os princípios, e também permite uma utilização superficial dos objetivos e metas. Este artigo explorará como os ecomuseus podem, em vez disso, concentrar-se em ajudar a alcançar os objetivos e realizar a visão da Agenda 2030, não apenas de cima para baixo, que não é o objetivo dos ODS. Para ilustrar a abordagem, os 21 Princípios dos Ecomuseus serão discutidos no contexto da Agenda 2030 e dos ODS, para harmonizar a compreensão de como esses dois quadros interagem. Em seguida, o trabalho dos ecomuseus será discutido em relação às sete atividades-chave, estabelecidas em "Museus e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (McGhie 2019) como um modelo para os museus contribuírem para os ODS. O objetivo é servir como exemplo prático de como planejar, implementar, monitorar, avaliar e comunicar o trabalho dos ecomuseus. Por fim, a ação climática dentro e com os ecomuseus e em relação ao Acordo de Paris será discutida como um exemplo de uma abordagem de baixo para cima para mobilizar os museus para os desafios do desenvolvimento sustentável.

A intenção deste capítulo não é apenas alinhar os ODS e os objetivos com os 21 Princípios (Davis, 2018), mas chamar a atenção para alguns dos pontos fortes específicos do conceito de ecomuseu na realização dos ODS, tanto em termos dos próprios ODS quanto por meio de sua localização no setor cultural e museológico (em sentido amplo)

Compreendendo a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Existem alguns aspectos específicos dos ODS que frequentemente são negligenciados. Em primeiro lugar, os ODS não são um ponto isolado ou uma agenda separada: eles são o quadro de resultados da própria Agenda 2030, que define uma visão de um futuro melhor. Em segundo lugar, os ODS não são uma lista de verificação para a qual tentamos alinhar nosso trabalho: são uma lista de coisas a serem feitas que ajudamos a realizar como um programa para uma mudança positiva, não para uma estagnação negativa. Em terceiro lugar, os ODS são um conjunto interconectado de objetivos que devem ser alcançados juntos, e ao trabalhar para alcançar um ou mais, precisamos garantir que não estejamos progredindo em uma área criando problemas em outra. Em quarto lugar, em muitos aspectos, os ODS não são uma nova Agenda, mas a última tentativa de colocar o mundo em um caminho de desenvolvimento sustentável. Os passos nesse caminho incluíram a Conferência de Estocolmo de 1972 sobre o ambiente humano, o Relatório Brundtland de 1987 "Nosso Futuro Comum", a Cúpula da Terra e a Declaração do Rio de 1992, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2000-15 e outros desenvolvimentos. Em quinto lugar, a Agenda não é um programa de novos acordos, mas um mecanismo para melhor realizar uma ampla gama de acordos multilaterais existentes, incluindo convenções e declarações de direitos humanos e acordos multilaterais sobre o meio ambiente. A agenda reúne todos os principais acordos em um único programa, permitindo-nos mirar em realizá-los simultaneamente, evitando assim compromissos entre eles. Em sexto lugar, embora a Agenda e os ODS sejam apresentados como um convite a todos os setores para colaborarem como inovação para a governança multinível, são facilmente absorvidos em uma mentalidade ultrapassada de informações fluindo para cima

para informar a prestação de contas nacional: isso faz parte do trabalho, mas certamente não tudo, e não é realmente o espírito da Agenda nem dos ODS.

A incapacidade dos governos em garantir o desenvolvimento sustentável e a necessidade de participação em massa

A inclusão, a participação, o acesso à informação, a educação e a conscientização pública fazem parte de uma ampla gama de acordos internacionais. Para dar alguns exemplos, a Declaração do Rio da Cúpula da Terra do Rio observa que "as questões ambientais são mais bem gerenciadas com a participação de todos os cidadãos interessados, no nível relevante"¹. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1992) destaca a importância crucial da educação pública, do treinamento, do acesso à informação, da participação pública e da cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas; esses seis elementos também estão incluídos no Acordo de Paris (Nações Unidas, 2015). Da mesma forma, a Convenção sobre Diversidade Biológica enfatiza a importância da educação e também do uso sustentável da natureza². Cada vez mais, encontramos o reconhecimento da participação, inclusão e educação nos acordos internacionais. Por quê? Porque se referem a direitos humanos consolidados, como o direito à educação, à participação na vida cultural e nos assuntos públicos, à informação e à expressão própria. Esses direitos foram todos estabelecidos há mais de 70 anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e estão incorporados ao direito internacional³.

No que diz respeito à participação pública e ao processo decisório em questões ambientais, na Europa, os cidadãos têm o direito de serem informados sobre questões ambientais, de participar do processo decisório e de buscar justiça ambiental na Convenção de Aarhus (1998)⁴. O Acordo de Escazú (2018) é um acordo regional que abrange a América Latina e o Caribe⁵. O acordo promove os direitos ambientais e a proteção dos defensores do meio ambiente, em meio a múltiplas agressões e até assassinatos de ativistas ambientais: a Global Witness relata que apenas em 2020 mais de 200 defensores do meio ambiente foram mortos, o pior ano desde o início dos registros em 2012⁶. Os direitos dos povos indígenas e dos pequenos produtores agrícolas, trabalhadores rurais e suas famílias são garantidos por dois acordos, respectivamente, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

(UNDRIP) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais (UNDROP). Sendo Declarações em vez de Convenções, não têm o mesmo valor jurídico, mas são estruturas importantes e muito relevantes para o trabalho dos ecomuseus em todo o mundo. Por setenta anos ou mais, os governos em grande parte negociaram acordos em nome da sociedade, mas os aspectos desses acordos voltados para o público e para toda a sociedade nem sempre foram respeitados. Por quê? Do ponto de vista prático, as autoridades frequentemente não têm os relacionamentos ou os espaços físicos para interagir com pessoas e grupos de pessoas. No entanto, também devemos reconhecer que setores - incluindo museus - não desempenharam o papel que poderiam e deveriam ter

¹ <https://www.cbd.int/doc/ref/rio-declaration.shtml> Princípio 10

² <https://www.cbd.int/>

³ <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

⁴ O título completo da Convenção de Aarhus é a "Convenção CEE-ONU sobre o Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental". Você pode encontrar mais informações sobre a convenção em: <https://unece.org/environment-policy/public-participation/aarhus-convention/introduction>.

⁵ O título completo do Acordo de Escazú é o "Acordo Regional sobre o Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe", ou CEPAL para abreviar <https://observatoriop10.cepal.org/en/treaties/regional-agreement-access-information-public-participation-and-justice-environmental>.

⁶ <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/last-line-defence/>

desempenhado para apoiar a participação dos cidadãos nas questões atuais e no desenvolvimento sustentável. A participação simplesmente não ocorreu.

O Direito ao Desenvolvimento (1986) é um desenvolvimento profundamente importante em relação à declaração original dos direitos humanos universais, e ainda assim poucos ouviram falar dele, e poucas instituições - incluindo museus ou ecomuseus - o incorporam em seu trabalho⁷. O direito ao desenvolvimento está na origem da expressão "participação livre, ativa e significativa" que encontrou espaço em acordos e programas subsequentes. O Direito ao Desenvolvimento afirma que o desenvolvimento é um direito humano que pertence a todos, sem discriminação. O direito ao desenvolvimento é um direito tão válido quanto outros direitos humanos, como os incluídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por "desenvolvimento", entendem-se programas de atividades que visam à melhoria contínua do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento confere a todos o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político. O desenvolvimento é definido como um processo global para o progresso de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais interdependentes, interconectados e indivisíveis. É importante destacar que a Declaração identifica "a pessoa humana" (ou seja, o indivíduo) como o sujeito central, participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento, e que tem o direito de participar livre, ativa e significativamente no desenvolvimento. O direito ao desenvolvimento reconhece o direito dos povos à autodeterminação e à plena soberania sobre suas riquezas e recursos naturais. O direito ao desenvolvimento visa promover a paz e a segurança internacionais, o desenvolvimento e os direitos humanos. Visa a uma distribuição justa dos benefícios da atividade de desenvolvimento, com oportunidades iguais para todos⁸. Embora a responsabilidade primária pelo direito ao desenvolvimento recaia sobre os governos, os princípios podem ser aplicados em nível subnacional e até mesmo comunitário. O Direito ao Desenvolvimento também é incomum, pois é um "direito de grupo" em vez de um direito individual, pertencendo assim às pessoas e aos povos em grupos e comunidades, definindo-se e estabelecendo seus próprios limites como desejarem, como parte do processo de autodeterminação

A Agenda 2030 como uma agenda baseada em direitos

Refletimos sobre a ação - e a inação - das diversas convenções de direitos humanos e acordos ambientais que levaram o nosso ambiente natural à beira do desastre e à constante erosão dos direitos em muitos países. As aspirações dos numerosos acordos para a educação, participação e inclusão simplesmente não se concretizaram. O antigo estilo da "diplomacia de clube", em que os governos tomam decisões, não funcionou. Os próprios países reconheceram isso, e vemos que nos acordos internacionais está sendo dada uma ênfase cada vez maior à participação e ao acesso à informação, pois a responsabilidade e a participação ajudam a tomar decisões melhores e garantem que suas aspirações sejam realizadas.

De 2000 a 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio introduziram uma inovação, um enfoque público e setorial construído em torno dos objetivos. Em vez de processos complexos de planejamento, uma série de oito objetivos foi definida como um convite aos setores para colaborar no enfrentamento dos desafios do desenvolvimento no Sul global. Este programa teve um sucesso geral limitado, mas a abordagem baseada em objetivos foi reconhecida como bem-sucedida e, conseqüentemente, incorporada no programa subsequente, a Agenda 2030 (apresentada no documento Transformando o Nosso Mundo) e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Há aspectos da Agenda 2030 e dos ODS que vale a pena destacar. A Agenda é essencialmente uma agenda baseada em direitos (não no uso de recursos, como muitas vezes se pensa em sustentabilidade). É também uma tentativa de promover uma governança multinível de desafios complexos. O princípio de reduzir as desigualdades é destacado pelo princípio "não deixar ninguém para trás", o que

⁷ <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development>

⁸ https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/FSheet37_RtD_EN.pdf

significa que as pessoas menos atendidas devem ter prioridade. A diversidade cultural e o direito ao desenvolvimento são reconhecidos como importantes, enquanto os valores universais sob a forma de direitos humanos são uma direção comum para todos os países e setores trabalharem. O direito ao desenvolvimento também é enfatizado em Transformando o Nosso Mundo.

Enquanto as pessoas muitas vezes estão familiarizadas com os 17 ODS, muitas vezes têm menos familiaridade com Transformando o Nosso Mundo ou com seus objetivos. Os ODS não fazem sentido sem referência a este documento, com sua descrição do nosso mundo hoje e uma visão para um futuro sustentável, bem como os meios para a implementação por meio da colaboração intersectorial e intersocial. Os objetivos gerais da Agenda 2030 são resumidos nas "5 P":

- **Pessoas:** acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar seu potencial com dignidade e igualdade em um ambiente saudável.
- **Planeta:** proteger o planeta da degradação, também por meio de um consumo e produção sustentáveis, gerenciando de forma sustentável seus recursos naturais e intervindo com urgência nas mudanças climáticas, para que possa sustentar as necessidades das gerações presentes e futuras.
- **Prosperidade:** garantir que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e gratificante e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.
- **Paz:** promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não pode haver paz sem desenvolvimento sustentável.
- **Parceria:** mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável revitalizada, com base em um espírito de solidariedade global fortalecida, focada especialmente nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis e com a participação de todos os países, partes interessadas e pessoas.

Le 5 P podem ser consideradas como cinco compromissos e aspirações intencionais que devem ser alcançados ao planejar e realizar atividades em apoio aos ODS e objetivos. Comprometer-se com as 5 P é essencial para contribuir efetivamente para a Agenda 2030 e os ODS, uma vez que os ODS representam a versão mais detalhada de como esses cinco superobjetivos devem ser alcançados. Os ODS são um meio de atingir um fim (em vez de um fim em si), que é alcançar as 5 P e transformar a visão geral da Agenda em realidade.

As 5 P fazem algo inteligente: pegam as três dimensões tradicionais da sustentabilidade (social, ambiental e econômica) e as transformam em três objetivos intencionais, comprometendo-nos a alcançá-los como programas de ação, a serem alcançados em conjunto. As 5 P são formuladas com cuidado, para que cada uma delas se relacione mais ou menos claramente com as outras "P". Os ODS não podem ser divididos entre categorias específicas de "P", nem as "P" podem ser alocadas a objetivos específicos dos ODS.

A Agenda 2030 faz outra coisa muito útil: adiciona duas dimensões adicionais ao desenvolvimento sustentável, paz e parceria, embora sejam bastante diferentes das dimensões "Pessoas, Planeta, Prosperidade". A "paz" é tanto uma condição habilitadora para o desenvolvimento sustentável quanto um resultado dele. Conforme indicado na Agenda 2030, não pode haver paz sem desenvolvimento sustentável e não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz. A "parceria" também está incluída como fator habilitante, já que a colaboração com outros é essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável bem-sucedido, e a colaboração entre diferentes setores contribui para criar novos resultados em termos de desenvolvimento sustentável.

Ecomuseus e desenvolvimento sustentável: ações locais para desafios locais e globais

Vimos que muitos acordos internacionais fazem referência à importância da educação, inclusão e participação - enraizadas em direitos humanos consolidados - e que proteções especiais adicionais foram desenvolvidas para fortalecer esses direitos (como na Convenção de Aarhus e no Acordo de Escazú) e em relação a grupos

sociais específicos (incluindo populações indígenas, trabalhadores rurais e pequenos produtores). Mas onde estão esses lugares que podem transformar compromissos em realidade e experiências vividas? Onde as pessoas podem encontrar informações, participar de deliberações e do processo decisório, e colaborar em atividades baseadas na cultura? Consideremos uma famosa citação de Eleanor Roosevelt, de um discurso intitulado "A Grande Questão", proferido em 1958:

"Afim, onde começam os direitos humanos universais? Em lugares pequenos, perto de casa, tão próximos e tão pequenos que não podem ser vistos em nenhum mapa do mundo. Ainda assim, são o mundo de cada pessoa: o bairro onde vive; a escola ou universidade que frequenta; a fábrica, fazenda ou escritório onde trabalha. Esses são os lugares onde todo homem, mulher e criança busca justiça igual, oportunidade igual, dignidade igual sem discriminação. A menos que esses direitos tenham significado lá, eles têm pouco significado em qualquer lugar. Sem uma ação coordenada dos cidadãos que os apoie perto de casa, buscaremos em vão o progresso no mundo mais amplo"⁹.

Esta poderosa citação estabelece uma conexão entre a vida individual e suas aspirações e a realidade - como posteriormente estabelecido no Direito ao Desenvolvimento - e o universalismo que o trabalho pelos direitos humanos buscou construir e defender. Podemos pensar nesses "lugares pequenos" como escolas no que diz respeito à educação, edifícios religiosos para o direito à liberdade de crença, locais de trabalho para o direito ao trabalho e condições de trabalho justas. E também podemos considerar museus, bibliotecas e locais comunitários como os "lugares pequenos" nos quais vários direitos mencionados anteriormente podem ser realizados, apoiados, defendidos e habilitados. Qual lugar melhor do que as instituições culturais e os locais culturais para apoiar o direito de participar na vida cultural, onde "cada indivíduo tem o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar no progresso científico e nos seus benefícios" (para citar todo o conteúdo da primeira parte do artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)? Em qual outro lugar há um potencial maior para permitir que todos participem das práticas culturais, conheçam sua própria cultura e a dos outros, e contribuam para a vida cultural da comunidade? Em qual outro lugar é melhor conectar esses direitos com atividades que conscientizem o público sobre outros direitos e ajudem as pessoas a desfrutá-los, e a participar de atividades de desenvolvimento sustentável? Qual lugar melhor do que os ecomuseus para apoiar o Direito ao Desenvolvimento?

Abordagens baseadas em direitos oferecem aos museus, ecomuseus e outras instituições culturais um forte potencial para refletir sobre os serviços que prestam, como os prestam e quem os presta. Se o desenvolvimento sustentável visa a melhoria progressiva de lugares e comunidades, também pode apoiar a melhoria progressiva de serviços públicos e instituições, incluindo museus e ecomuseus. No entanto, devemos ser honestos e reconhecer que os direitos humanos permanecem em grande parte marginais em relação ao trabalho de museus e organizações museológicas: são pouco compreendidos e foram pouco incorporados aos códigos de conduta ou ética dos museus (embora se espere que isso mude). Podemos reconhecer que os museus não necessariamente desempenharam o papel que poderiam ter desempenhado no apoio às pessoas para reivindicar seus direitos humanos, mas também podemos reconhecer que oferecem um enorme potencial para fazê-lo, para ajudar mais pessoas a desfrutar de seus direitos de participar na vida cultural, nos assuntos públicos e em outros direitos, e em seu direito ao desenvolvimento¹⁰.

⁹ Eleanor Roosevelt, "The Great Question" ("A Grande Questão"), pronunciou estas observações na sede das Nações Unidas em Nova York em 27 de março de 1958. Essa citação pode ser encontrada em:

https://www.fawco.org/images/stories/UN_NGO/ER-brochure.pdf

¹⁰ Veja McGhie 2020, Museus e Direitos Humanos <https://www.refworld.org/docid/4ed35bae2.html>

Libertando o potencial dos ecomuseus para os ODS

Peter Davis estabeleceu uma série de "21 princípios" para os ecomuseus que podemos usar para refletir sobre o potencial e as contribuições dos ecomuseus em apoio ao desenvolvimento sustentável. Os 21 Princípios estão listados na tabela abaixo, mas vale a pena destacar alguns aspectos peculiares dos ecomuseus que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Os ecomuseus alcançam seu propósito principalmente em um local específico e identificável, buscando apoiar a transformação positiva desse local. Isso é uma vantagem dos ecomuseus, em relação aos quais muitos museus "tradicionais" são menos claros. A existência do ecomuseu como instrumento e agente no desenvolvimento sustentável do local ou comunidade pode ser considerada em termos de desenvolvimento, como a articulação do direito ao desenvolvimento como a melhoria progressiva das condições de vida de todos os membros da comunidade (ver acima). Esse compromisso construtivo em um processo de mudança e transformação é uma base sólida para os ecomuseus e o modelo ecomuseológico como recurso para a transformação progressiva da comunidade e do território. Abraçar a mudança e envolver as pessoas na negociação, no debate e na criação dessa mudança ajuda a evitar a fragilidade decorrente de instituições rígidas que não podem se adaptar a um mundo em constante mudança (Princípios Ecomuseológicos 8-12, 14, 15). A atenção dos ecomuseus à identidade local e ao sentido do lugar envolve a identificação, o reconhecimento, a preservação, o desenvolvimento e o uso do patrimônio cultural material e imaterial como bens dentro de seu local, embora a atenção à preservação de recursos *in situ* e ênfase no patrimônio cultural imaterial sejam bastante diferentes dos museus tradicionais (Princípios do Ecomuseu 7, 11, 12).

Os ecomuseus confundem os limites entre a gestão diária dos museus, a participação cultural para todos e as parcerias e colaborações para o desenvolvimento sustentável. A ênfase colocada nos ecomuseus como orientados pela comunidade (Princípio 1), com a participação no processo decisório (Princípio 2) e com a propriedade conjunta dos bens (Princípio 3) ajuda a atender às demandas de inclusão no processo decisório enfatizadas na Agenda 2030, tanto em termos dos princípios gerais da Agenda e de sua implementação, quanto em relação a objetivos específicos dos ODS delineados na tabela abaixo (Princípios 1-3 do Ecomuseu).

Os ecomuseus destacam o potencial do patrimônio – natural, material e imaterial – como bens ou capitais comunitários que podem contribuir para os processos de desenvolvimento sustentável da comunidade e do território. Eles veem o patrimônio como um bem a ser gerido, em vez de uma mercadoria ou posse (Princípio 4 do Ecomuseu), e reconhecem a importância de manter conexões entre as formas de patrimônio e seu próprio local (Princípios do Ecomuseu 10-13). Reconhecendo o valor do patrimônio cultural e natural e sua relevância para os processos de desenvolvimento comunitário como um capital a ser mantido, os ecomuseus contribuem para fortalecer os esforços de proteção e preservação do patrimônio cultural e natural, garantindo que seja usado e desenvolvido para refletir as aspirações das comunidades e de outros interessados de maneira inclusiva.

Os ecomuseus podem apoiar comunidades e pequenos produtores em sua subsistência, promovendo o desenvolvimento de habilidades, proporcionando oportunidades de trabalho e fornecendo mercados para seus produtos. Eles também podem considerar considerações econômicas, evitando problemas criados por formas de turismo em massa ou não sustentáveis, que levam a problemas de dependência excessiva de renda externa à comunidade, declínio das indústrias locais, altas emissões de gases de efeito estufa de viagens turísticas e gentrificação. A ênfase dos ecomuseus no capital social, em vez do modelo de crescimento econômico excessivamente prevalente, ajuda a criar comunidades fortes, com colaborações entre trabalhadores criativos e contribuições ao serviço público por meio de voluntariado (Princípios do Ecomuseu 5-6, 20).

Os ecomuseus podem ser locais e catalisadores de pesquisa, em várias formas, e sua natureza interdisciplinar pode promover e apoiar formas interdisciplinares de pesquisa (Princípios do Ecomuseu 16-17).

O desenvolvimento sustentável busca garantir um equilíbrio harmonioso entre considerações de pessoas, planeta e prosperidade ao longo do tempo. Essa ambição encontra reflexo nos ecomuseus, que visam estimular o desenvolvimento sustentável e o uso sábio dos recursos (Princípio 13 do Ecomuseu); promover uma abordagem holística à interpretação das relações entre cultura/natureza (Princípio 18) e destacar as conexões entre tecnologia/indivíduo, natureza/cultura e passado/presente (Princípio 19). O último dos Princípios, de trazer benefícios para as comunidades locais, através de um senso de orgulho, regeneração e/ou renda econômica, está intimamente alinhado com o Direito ao Desenvolvimento.

Localizar a Agenda 2030 em museus e ecomuseus

Vimos como os princípios dos ecomuseus os tornam particularmente propensos a apoiar a Agenda 2030 e os ODS, pois há uma clara aliança de interesses e aspirações, e porque os ecomuseus estão singularmente bem posicionados para apoiar os aspectos da Agenda que enfatizam a participação e inclusão na definição da agenda, no desenvolvimento e na implementação de atividades. Como essa comunhão pode ser aplicada na prática para apoiar a implementação local dos ODS, que em última análise contribui para os esforços nacionais e globais para alcançá-los?

Em "Museus e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (McGhie 2019), propus um quadro de sete atividades-chave que os museus realizam (mais ou menos) e que podem ser direcionadas para alcançar resultados de desenvolvimento sustentável. Esse quadro pode ser pensado como uma espécie de localização da Agenda e dos ODS no setor museológico, onde a localização significa que a Agenda e os ODS são adaptados às atividades existentes, em vez de serem implementados como um fluxo de trabalho adicional ou paralelo. Em "Museus e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", essas sete atividades-chave são alinhadas aos objetivos relevantes de desenvolvimento sustentável, conectando-as a cerca de um terço de todos os 169 objetivos de desenvolvimento sustentável. Para simplificar, elas podem ser monitoradas e comunicadas em relação a uma lista muito mais restrita de quinze objetivos de desenvolvimento sustentável. As sete atividades-chave são:

- Proteger e preservar o patrimônio cultural e natural, tanto dentro dos museus quanto de forma mais geral. Isso pode ser monitorado e avaliado através do ODS 11.4 (reconhecendo que isso incorpora também as considerações dos ODS 14 e 15, respectivamente, para a vida subaquática e terrestre).
- Apoiar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que apoia o ODS 4.7 (Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania Global) e os ODS 12.8 (informações para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza) e 13.3

(educação, conscientização e desenvolvimento de capacidades para a mitigação das mudanças climáticas, adaptação e ação).

- Promover a participação cultural para todos, que pode ser monitorada através dos ODS 10.2 (inclusão econômica, social e política universal) e 1.4 (garantir acesso a serviços), bem como 5.1 (eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas) e 11.7 (fornecer espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acolhedores).
- Apoiar o turismo sustentável/responsável, que tem seu próprio objetivo de desenvolvimento sustentável (8,9).
- Apoiar a pesquisa para o desenvolvimento sustentável, por exemplo, apoiando a atividade de pesquisa e compartilhando os resultados da pesquisa. Isso pode ser monitorado como ODS 9.1 (fornecer infraestruturas sustentáveis) e 9.5 (promover a pesquisa científica).
- Orientar as atividades e operações diárias para o desenvolvimento sustentável, por exemplo, por meio da gestão, recrutamento, uso de recursos, gestão de resíduos e abordagens e decisões de gestão. Isso pode ser considerado no escopo do ODS 8.8 (apoiar os direitos dos trabalhadores e fornecer trabalho decente), 12.6 (adotar práticas sustentáveis e relatar sustentabilidade) e 12.7

(aquisições sustentáveis), 16.6 (instituições eficazes, responsáveis e transparentes) e 16.B (apoiar leis e políticas para o desenvolvimento sustentável).

- Direcionar parcerias e colaborações para o desenvolvimento sustentável. Essa atividade pode ser monitorada em referência ao ponto 16.7 (processo decisório participativo), ao 17.16 para parcerias internacionais e ao 17.17 para parcerias mais locais e inter-setoriais, e ao 11.B para políticas integradas para redução do risco de desastres e inclusão social na comunidade.

Também podem ser considerados alguns aspectos específicos do trabalho dos ecomuseus, em termos dos ODS 11.3 (desenvolvimento sustentável participativo envolvendo comunidades), 11.A (conexões entre áreas urbanas e rurais) e 8.2 (criação de empregos com atenção especial aos pequenos produtores).

O quadro pode ser facilmente aplicado a uma ampla gama de instituições culturais e aspectos dos setores culturais e do patrimônio, como galerias, bibliotecas e arquivos, incluindo locais, monumentos, parques nacionais e outros espaços verdes, reconhecendo algumas diferenças sutis entre eles. Por exemplo, bibliotecas e arquivos muitas vezes se concentram menos em atrair turistas em comparação com os museus; parques nacionais e espaços verdes muitas vezes se concentram menos em educação e informação do que as instituições culturais.

Na tabela a seguir, os 21 princípios dos Ecomuseus são mapeados em relação às Sete Atividades-Chave dos Museus e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e em relação aos ODS mais relevantes.

	Atividades-chave dos ODS	Objetivos pertinentes dos ODS
1. Deixe-se guiar pela comunidade local.	7	ODS 1.4, 10.2, 11.3, 16.7, 17.17
2. Permitir a participação pública de todas as partes interessadas e de todos os grupos de interesse em todos os processos decisórios e atividades de forma democrática.	7	ODS 10.2, 11.3, 16.6, 16.7, 17.16, 17.17
3. Estimular a titularidade e a gestão conjuntas com a contribuição das comunidades locais, consultores acadêmicos, empresas locais, autoridades locais e estruturas governamentais.	7	ODS 16.6, 16.7, 17.16, 17.17

4. Enfatizar os processos de gestão do patrimônio, em vez dos produtos do patrimônio para consumo.	1, 6	ODS 11.3, 11.4, 16.6, 16.7
5. Incentivar a colaboração com artesãos, artistas, escritores, atores e músicos locais.	6, 7	ODS 8.2, 8.9, 10.2, 11.4
6. Depender de esforços substanciais de voluntariado ativo por parte das partes interessadas locais.	4, 7	ODS 10.2, 16.7, 17.16, 17.17
7. Concentrar-se na identidade local e no sentido do lugar.	1	ODS 11.3, 11.4, 11.A
8. Compreender um território "geográfico" que pode ser determinado por diversas características compartilhadas.	1	ODS 10.2, 11.4, 11.7, 11.B, 15.1
9. Cobrir tanto os aspectos espaciais quanto temporais, onde, em relação ao temporal, observa as mudanças e a continuidade ao longo do tempo, em vez de simplesmente tentar congelar as coisas no tempo.	1	ODS 10.2, 11.4, 11.7, 11.B, 16.6
10. Assumir a forma de um "museu" fragmentado, constituído por uma rede com um hub e "antenas" em diferentes edifícios e locais.	1	ODS 9.1, 11.4
11. Promover a conservação, preservação e proteção dos recursos do patrimônio no local.	1	ODS 1.4, 11.4

12. Dar igual atenção à cultura material tangível, imóvel e móvel, e aos recursos do patrimônio imaterial.	1	ODS 2.5, 11.4
13. Estimular o desenvolvimento sustentável e o uso sábio dos recursos.	Objetivo geral, 6	ODS 6.B, 11.B, 12.6, 16.B, 17.14
14. Permitir a mudança e o desenvolvimento para um futuro melhor.	Objetivo geral, 6	ODS 11.3, 11.5, 11.B,
15. Incentivar um programa contínuo de documentação da vida passada e presente e das interações das pessoas com todos os fatores ambientais, incluindo físicos, econômicos, sociais, culturais e políticos.	1	ODS 11.4
16. Promover a pesquisa em diferentes níveis, desde a pesquisa e compreensão dos "especialistas" até a pesquisa realizada por acadêmicos.	5	ODS 4.A, 9.1, 9.5
17. Promover abordagens multidisciplinares e interdisciplinares para a pesquisa.	5	ODS 4.7, 9.1, 9.5
18. Incentivar uma abordagem holística na interpretação das relações entre cultura/natureza.	2	ODS 4.7, 12.8, 13.3, 15.9

19. Tentar ilustrar as conexões entre tecnologia/indivíduo; natureza/cultura; e passado/presente	2	ODS 4.7, 12.8, 13.3
20. Prever uma interseção entre patrimônio e turismo responsável	4	ODS 8.9, 12.B, 14.5
21. Trazer benefícios para as comunidades locais, como um senso de orgulho, regeneração e/ou renda econômica.	Objetivo geral	ODS 8.9, 9.1, 11.3, 11.B, 12.B, 14.5

Um exemplo: ecomuseus e ação climática

Um dos aspectos menos conhecidos da UNFCCC e do Acordo de Paris é a parte voltada para o público e para a sociedade em geral, respectivamente nos artigos 6 e 12. Isso é agora conhecido como Action for Climate Empowerment (ACE), com os seis elementos de educação, treinamento, conscientização pública, acesso público à informação, participação pública e cooperação internacional em questões de mudança climática. Isso foi acordado por todos os Estados membros signatários da UNFCCC e do Acordo de Paris. Embora o programa seja adotado pelos governos, eles não tomaram ações suficientes, pelo menos na maioria dos países. No entanto, os princípios e os planos de ação para o empoderamento climático podem ser retomados pelos setores. De fato, o novo programa, chamado Glasgow Work Programme, pois foi adotado em Glasgow na COP26, nomeia especificamente museus, instituições culturais e educacionais como atores importantes no apoio à ação para o empoderamento climático. Esse reconhecimento também representa uma responsabilidade que os museus e os ecomuseus podem assumir.



Fig. 1. E se os museus fossem estruturas pequenas e impermanentes? Uma ideia sugerida pelo projeto Existences para Repensar Museus para a Ação Climática, com vista para o local da COP26 (cortesia de Repensando Museus para a Ação Climática).

Além das seis atividades ACE mencionadas acima, o novo programa destaca a importância de quatro áreas prioritárias: coerência nas políticas para a ação climática, ação coordenada, compartilhamento e desenvolvimento de ferramentas e suporte para diferentes setores, monitoramento, relatório e comunicação eficaz. Considere esses seis elementos ACE e as quatro áreas prioritárias do ponto de vista do ecomuseu. Os ecomuseus já estão fortemente alinhados com muitas dessas atividades, mas podem não se ver como atores em uma agenda global (ao contrário da local) para o desenvolvimento sustentável. Isso é compreensível, dado que os ecomuseus têm principalmente um foco local, mas não é tudo. Os ecomuseus podem conectar pessoas e comunidades ao quadro geral e aos desafios globais, não necessariamente de cima para baixo, mas criando oportunidades para as pessoas e comunidades contribuírem para essas agendas, da maneira que desejarem, e assim atendendo ao seu direito ao desenvolvimento, de uma maneira de baixo para cima. Como diz o velho ditado, "pensar globalmente e agir localmente" também contribui para a ação global, realizada localmente e conectando realidades locais e globais.

Em "Mobilising Museums for Climate Action", parte do projeto Reimagining Museums for Climate Action, desenvolvido pela AHRC Heritage Priority Area para a COP26, propus um framework para os museus empreenderem ações para o clima. Os museus, incluindo os ecomuseus, podem ajudar a 1. Reduzir suas próprias emissões; 2. Apoiar pessoas e comunidades a reduzir suas emissões; 3. Garantir que possam lidar com os impactos climáticos (adaptação às mudanças climáticas); 4. Apoiar pessoas e comunidades a enfrentar os impactos climáticos atuais e futuros; e 5. Garantir que qualquer ação climática seja justa e contribua para um desenvolvimento sustentável mais amplo, certamente não adicionando aos desafios do desenvolvimento sustentável. Desenvolvi esse framework, pois os museus atualmente enfatizam a mitigação climática (redução de emissões), que é apenas uma parte da resposta necessária. Os ecomuseus, com sua maior ênfase nos processos de mudança e nos futuros coproduzidos, estão particularmente bem posicionados para apoiar ações relacionadas à adaptação climática. Todas as ferramentas ou recursos que eles produziram sobre essas atividades podem ser compartilhados com o setor museal mais amplo, para apoiar formas mais tradicionais de museus a abraçar a adaptação mais facilmente.

Os ecomuseus podem integrar a ação climática em suas atividades combinando as sete atividades mencionadas acima como localização dos ODS e o esquema em cinco partes delineado acima por Mobilising Museums for Climate Action.

Intensificar os esforços para proteger e preservar o patrimônio cultural e natural pode considerar os impactos climáticos atuais e futuros, bem como desenvolver o patrimônio cultural e natural para enfrentar os impactos climáticos e contribuir para a redução de emissões.

Permitir que as pessoas saibam, se interessem e ajam sobre as mudanças climáticas e seus impactos pode envolver a capacidade das pessoas de saber quais compromissos os governos e as autoridades assumiram, quem está sendo afetado pelas mudanças climáticas e como (tanto local quanto globalmente) e também como podem usar seus representantes e processos democráticos.

Garantir que todos estejam cientes dos desafios climáticos, das opções de ação e dos riscos que eles e outros enfrentam, bem como de seus direitos ambientais, ajuda a cumprir o compromisso dos ODS de "não deixar ninguém para trás", reconhecendo que diferentes grupos sociais enfrentam prioridades diferentes em termos de redução de emissões e adaptação. Garantir que vozes marginalizadas sejam incluídas em qualquer processo decisório ou deliberação é uma função importante que os ecomuseus podem apoiar.

Orientar as atividades turísticas para modelos de baixo impacto e alto benefício ajuda a evitar a vulnerabilidade que a dependência do turismo pode criar e ajuda a reduzir os impactos negativos do turismo.

Os ecomuseus podem apoiar pesquisas que, por sua vez, podem apoiar a transformação social dos territórios; Ecomuseus também podem ser locais para compartilhar os resultados da pesquisa relacionada a medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Como modelos organizacionais de baixas emissões, os ecomuseus podem continuar a trabalhar para contribuir para a ação climática por meio da gestão diária e abraçar novos ou antigos desenvolvimentos para fazê-lo.

Finalmente, os ecomuseus podem apoiar uma ação ambiental baseada em direitos, tanto local quanto globalmente, participando de iniciativas como o Programa de Trabalho de Glasgow para a UNFCCC e o Acordo de Paris (2021-31), a Década Internacional para a Restauração dos Ecossistemas (2021-30) e o novo programa para a Convenção sobre Diversidade Biológica, apoiando a mitigação e adaptação às mudanças climáticas em níveis local e global, bem como a conservação, restauração, uso sustentável e distribuição equitativa dos benefícios decorrentes do uso da natureza, conforme estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica.

Um exemplo de abordagem bottom-up

O projeto "Reimagining Museums for Climate Action" foi lançado em maio de 2020, em preparação para a COP26. O projeto foi co-liderado por Rodney Harrison (Professor de Estudos do Patrimônio, UCL, Londres) e Colin Sterling (atual Professor Assistente de Memória e Museus, Universidade de Amsterdã), em colaboração comigo e com o Glasgow Science Centre. No Dia Internacional dos Museus de 2020, lançamos um concurso de design e ideias, convidando pessoas - profissionais, acadêmicos, profissionais de museus, designers e particulares - a reimaginar o museu como instituição para atender às necessidades da ação climática. O projeto foi lançado com dois temas, "futuro verde" e "justiça climática".

Futuros verdes

Como equilibrar a relação entre sociedade, ambiente e economia - ou "pessoas, planeta, prosperidade" - para que a riqueza humana não seja criada à custa da destruição da natureza e do ambiente do qual todos dependemos? Como os museus podem ajudar a sociedade a desvincular o crescimento econômico da destruição ambiental? Como podem contribuir para reverter as tendências de extinção, destruição de habitats e empobrecimento de recursos, tornando-se produtores líquidos de valor ambiental positivo, além do social? Como os museus podem ajudar a redefinir a "riqueza" ou a prosperidade para incluir perspectivas de saúde planetária e singular, reconhecendo que humanos saudáveis exigem um planeta saudável? Como podem permitir que as pessoas imaginem e trabalhem por um futuro mais saudável e justo, demonstrando o impacto positivo que viver de maneira mais sustentável pode ter na vida das pessoas?

Justiça climática

Aqueles que contribuíram menos para o problema das mudanças climáticas sofrerão mais com seus impactos, tanto dentro quanto entre os países. Isso é simplesmente injusto. As mudanças climáticas multiplicam uma série de problemas sociais, aumentando a desigualdade e a miséria. A justiça climática requer o reconhecimento do princípio da sustentabilidade, segundo o qual as capacidades das gerações futuras de atender às suas necessidades e viver suas vidas não devem ser comprometidas pelas atividades da geração presente. A justiça climática trata dos direitos: os seus, os nossos, os de todos, e os direitos da natureza e de outras espécies. Como os museus podem construir, melhorar e fortalecer a justiça climática, em seus locais, na sociedade em geral e em todo o mundo?

A partir deste chamado, recebemos 264 inscrições de 48 países. Oito obras foram selecionadas por uma equipe de juízes e transformadas em exposições exibidas no Glasgow Science Centre antes e durante a COP26, quando o Science Centre era a face oficial ao público da COP26, chamada de Green Zone. Outros 73 conceitos podem ser explorados no site do projeto (www.museumsforclimateaction.org), desenvolvido como recurso para o setor de museus e seus parceiros, acompanhado por um livro de acesso aberto (Harrison and Sterling

2021) e pela Mobilising Museums for Climate Action Toolbox, disponível em formato PDF e versão HTML para tradução automática, a fim de promover seu uso internacional. A exposição também pode ser explorada digitalmente no Google Arts and Culture, na Digital Green Zone. O projeto foi listado como uma das "cinco ideias incríveis" da Green Zone¹¹.



Fig. 2. E se as terras indígenas restantes fossem consideradas uma espécie de museu para a ação climática? Vista panorâmica da Vila Ipatse, Território Indígena do Xingu, Brasil (cortesia de Repensando Museus para a Ação Climática, 2020).

No contexto deste capítulo, algumas das ideias apresentadas no Reimagining Museums for Climate Action dizem respeito aos ecomuseus e aos princípios dos ecomuseus. Quatro das exposições estão claramente associadas à abordagem ecomuseal. Entre elas, o projeto "Existances" (um portmanteau de existência e resistência), desenvolvido por uma equipe no Brasil, imaginou uma rede de pequenos ecomuseus temporários para apoiar as comunidades africanas e indígenas na partilha e preservação do conhecimento ecológico que ajudou a prevenir a destruição dos ecossistemas por grandes empresas agrícolas. Outra exposição foi baseada em uma ideia do Brasil: Museus dos Futuros Naturais, que imaginou os territórios indígenas restantes como uma forma de museu vivo, onde os povos indígenas são especialistas que podem compartilhar conhecimento com os outros, por meio do turismo sustentável. Um projeto do Reino Unido, Museum of Open Windows, imaginou os museus como centros em redes lideradas pela comunidade, onde o museu hospeda informações e dados coletados pelos membros da comunidade sobre suas experiências com os impactos climáticos e respostas à ação climática: o território é o "museu" e as pessoas que o habitam são os curadores. Este projeto tinha algumas semelhanças com um projeto de uma equipe de Jacarta, na Indonésia, que imaginava comunidades usando modos museais tradicionais, como a coleta e interpretação, mas onde os membros da comunidade constroem coleções de evidências dos impactos e respostas climáticas, e essas são usadas em discussões compartilhadas entre diferentes comunidades. As exposições podem ser exploradas no site do Google Arts and Culture ou no site do Museums for Climate Action.

¹¹ https://artsandculture.google.com/story/tAWB_rRlcmpjQ

Mais conceitos no site do Museums for Climate Action podem servir de inspiração para os ecomuseus. Por exemplo, a ideia de um "Museu de Histórias Climáticas" baseia-se na ideia de um modelo de ecomuseu móvel que responde às necessidades das pessoas e aos impactos e respostas climáticas, com estruturas temporárias pop-up usadas para gerar e compartilhar narrativas de pessoas, incluindo cientistas e perspectivas indígenas, que são então compartilhadas posteriormente e mais amplamente por meio de um aplicativo móvel¹². Como outro exemplo, a Jamtli Living University reinventa o conhecido museu ao ar livre de Jamtli, em Jamtli, na Suécia, para ir além da produção de exposições e tornar-se um parceiro e uma plataforma para o desenvolvimento sustentável, reunindo uma série de partes interessadas para explorar, discutir e abordar os desafios do desenvolvimento sustentável¹³.

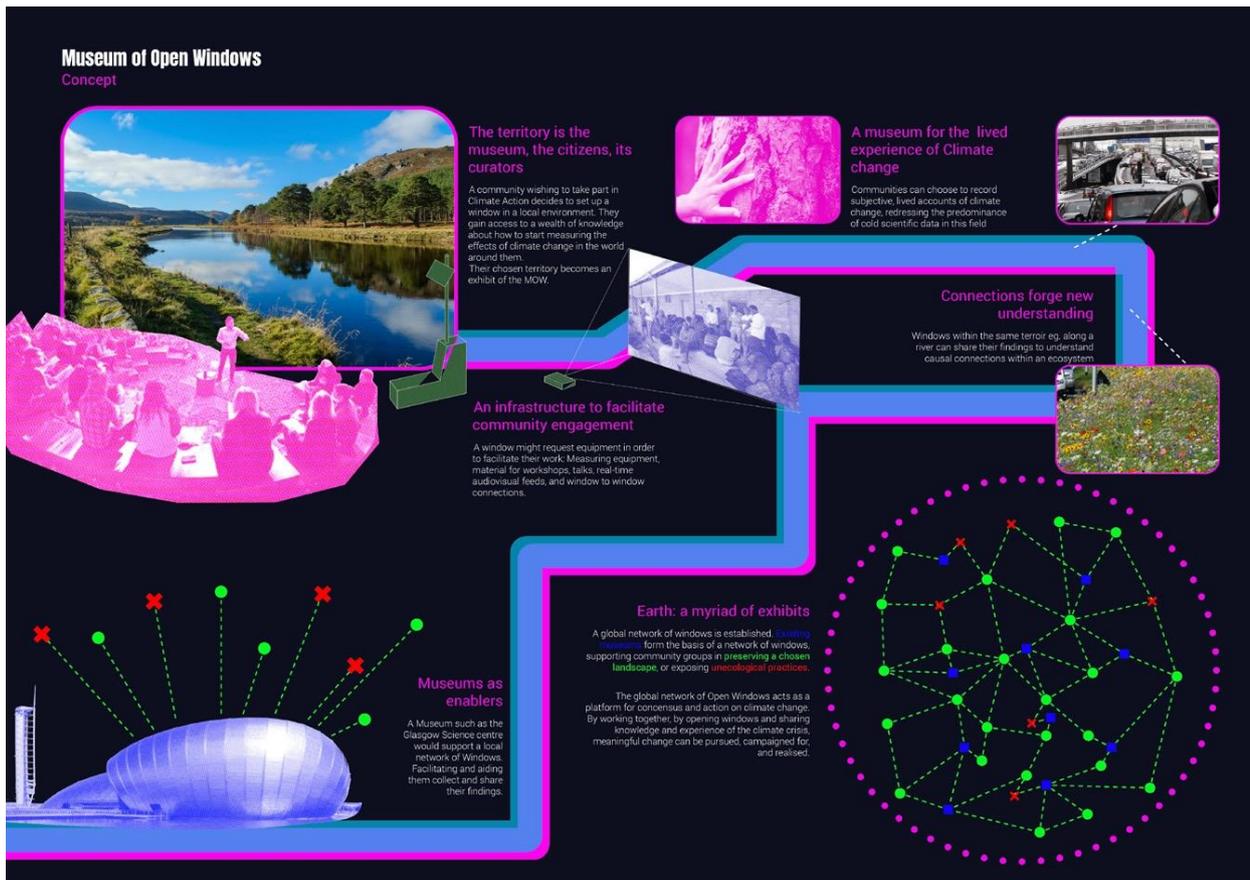


Fig. 3. Museu do Conceito Visual de Janelas Abertas, proveniente da competição e exposição Repensando Museus para a Ação Climática: o território é o museu, e seus cidadãos são os curadores (cortesia de Repensando Museus para a Ação Climática, 2020).

Observações conclusivas

Este capítulo buscou destacar tanto uma série de desafios quanto uma série de soluções e respostas escaláveis e flexíveis para esses desafios, usando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus marcos para selecionar programas de atividades e elaborar planos para alcançá-los de maneira holística. O capítulo tem como objetivo destacar que existem muitas maneiras de apoiar o desenvolvimento sustentável por meio de museus e ecomuseus, e que o modelo ecomuseal está singularmente bem posicionado para atender a alguns dos objetivos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em termos de ação ambiental baseada em direitos, apoiando mais pessoas a desfrutar de seus direitos humanos, priorizando as

¹² <https://www.museumsforclimateaction.org/reimagine/concepts/the-museum-as-popup>

¹³ <https://www.museumsforclimateaction.org/reimagine/concepts/the-museum-as-commons>

necessidades daqueles que nem sempre são melhor atendidos por formas mais tradicionais de museus. E abraçando a cultura e o patrimônio como ferramentas que as pessoas e as comunidades podem usar para apoiar sua autodeterminação e desenvolvimento sustentável, em oposição às abordagens de cima para baixo ou instrumentalistas à cultura e ao patrimônio. O capítulo também tem como objetivo destacar o número de oportunidades contemporâneas para conectar o panorama geral com contextos locais e pessoas e comunidades locais com o panorama geral. Espero que os leitores explorem alguns dos recursos práticos mencionados e considerem como podem aplicá-los à sua própria situação, para nos ajudar a avançar em direção a um futuro em que as pessoas e a natureza floresçam juntas e garantir que ninguém, nenhuma comunidade e nenhum ecomuseu seja "deixado para trás".

Agradecimentos

Sou muito grato aos meus colaboradores no Museums for Climate Action, o Prof. Rodney Harrison, o Dr. Colin Sterling e a Dra. Emma Woodham, Gerente de Engajamento em Mudanças Climáticas no Glasgow Science Centre.

Referências e Aprofundamentos

Davis, P. (2018). Ecomuseum Indicators and the '21 Principles', pp. 96-101 in Brown, K., Davis, P. and L.

Raposo (2018), *On Community and Sustainable Museums*. EULAC Museums, available at

https://eulacmuseums.net/eulac_museums_docs/EULAC_COMPENDIUM.pdf

Harrison, R. and C.P. Sterling (2021). *Reimagining Museums for Climate Action*. Museums for Climate Action, available at <https://www.museumsforclimateaction.org/mobilise/book>.

McGhie, H.A. (2019). *Museums and the Sustainable Development Goals: a how-to guide for museums, galleries, the cultural sector and their partners*. Curating Tomorrow, UK. Available at [museums-and-the-sustainable-development-goals-2019.pdf \(wordpress.com\)](https://www.curatingtomorrow.com/wp-content/uploads/2019/07/museums-and-the-sustainable-development-goals-2019.pdf)

McGhie H.A. (2020). *Museums and Human Rights: human rights as a basis for public service*. Curating Tomorrow, UK, available at <https://curatingtomorrow236646048.files.wordpress.com/2020/12/museums-and-human-rights2020.pdf>

McGhie, H.A. (2020). *Museums and Disaster Risk Reduction: building resilience in museums, society and nature*. Curating Tomorrow, UK, available at <https://curatingtomorrow236646048.files.wordpress.com/2020/07/museums-and-disaster-riskreduction-2020.pdf>

McGhie, H. A. (2021). *Mainstreaming the Sustainable Development Goals: a results framework for galleries, libraries, archives and museums*. Curating Tomorrow, UK. Available at [mainstreaming-the-sustainable-development-goals-in-galleries-libraries-archives-and-museums-curating-tomorrow2021.pdf \(wordpress.com\)](https://www.curatingtomorrow.com/wp-content/uploads/2021/07/mainstreaming-the-sustainable-development-goals-in-galleries-libraries-archives-and-museums-curating-tomorrow2021.pdf)

McGhie, H. A. (2021). *Mobilising Museums for Climate Action: tools, frameworks and opportunities for climate action in and with museums*. Museums for Climate Action, available at <https://www.museumsforclimateaction.org/mobilise/toolbox>

McGhie, H. A. (2022). *Action for Climate Empowerment, a guide for galleries, libraries, archives and museums*. Curating Tomorrow, UK, available at [action-for-climate-empowerment-curatingtomorrow-2022.pdf \(wordpress.com\)](https://www.curatingtomorrow.com/wp-content/uploads/2022/07/action-for-climate-empowerment-curatingtomorrow-2022.pdf)

United Nations (2015). *Transforming Our World: the 2030 Agenda for sustainable development*. Available at <https://sdgs.un.org/2030agenda>.